



Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí
Avenida Francisco Portela dos Santos, 80, centro
E-mail: camaracaraubas-pi@hotmail.com
camara@caraubasdopiaui.pi.leg.br
CNPJ: 06.070.198/0001-66

EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº 01/2025

Ao Projeto de Lei nº 17/2025

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Caraúbas do Piauí para o exercício financeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, aprova a seguinte Emenda Modificativa e Supressiva ao Projeto de Lei nº 17/2025, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Caraúbas do Piauí para o exercício financeiro de 2026”:

Art. 1º Fica alterado o art. 5º do Projeto de Lei nº 17/2025, dando a seguinte redação:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

1 - Abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender insuficiência nas dotações

orçamentárias, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total da despesa fixada, de acordo com ditames do Art. 43 da Lei 4.320/64;

II - Até o limite autorizado em lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais.

III - realizar operações de créditos por antecipação da receita, até o limite de 15% (quinze por cento) das receitas correntes.

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos I e III do art. 6º do Projeto de Lei nº 17/2025.

Art. 3º Fica alterada a dotação orçamentária da Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí, conforme anexo, constante do Projeto de Lei nº 17/2025, passando o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2026, a ser fixado em R\$ 1.696.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil reais).



Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí
Avenida Francisco Portela dos Santos, 80, centro
E-mail: camaracaraubas-pi@hotmail.com
camara@caraubasdopiaui.pi.leg.br
CNPJ: 06.070.198/0001-66

PARÁGRAFO ÚNICO. O acréscimo de que trata o caput será compensado mediante redução de igual montante em dotações constantes de outras unidades orçamentárias do Município, a serem especificadas em ato próprio, observadas as exigências da legislação financeira, especialmente a indicação da fonte de recursos na forma do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Projeto de Lei nº 17/2025.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí, 01 de dezembro de 2025.

Ana Paula Sampaio Pacheco
vereadora

Andréa Ribeiro Carvalho
vereadora

Crystennys Mota de Souza Paiva
vereador

Francisco Leandro Cerqueira Machado
vereador

Mariano Araújo Cardoso
vereador

PARECER JURÍDICO /

Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí
Assunto: Exame jurídico do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, à luz do Parecer Técnico Contábil nº 001/2025, com indicação das providências legislativas cabíveis.

I – RELATÓRIO

Submeteu-se a esta Assessoria Jurídica o Parecer Técnico Contábil nº 001/2025, emitido pelo Setor Contábil, contendo análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2026, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal, especialmente quanto à sua conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 359/2025 e com o regime jurídico-orçamentário vigente.

Da leitura da informação técnica, extraem-se, em síntese, três eixos de preocupação:

Artigo 5º do Projeto de LOA 2026 – previsão de autorização para abertura de créditos suplementares no patamar de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, em aparente conflito com o Art. 10 da LDO nº 359/2025, que limita tais suplementações ao percentual máximo de 5% (cinco por cento);

Artigo 6º, incisos I e III do Projeto de LOA 2026 – disciplina de remanejamentos e suplementações reputada incompatível com o Art. 9º da LDO nº 359/2025, por ampliar, além do autorizado, a margem de flexibilidade do Executivo sobre a peça orçamentária aprovada;

Dotação orçamentária do Poder Legislativo Municipal – constatação de que o valor atribuído à Câmara Municipal no PLOA não reflete a Proposta Orçamentária Oficial da própria Câmara, em descompasso com a autonomia orçamentária do Legislativo e com as balizas traçadas pela LDO, impondo-se a substituição integral da dotação lançada pelo Executivo pela proposta regularmente elaborada pelo Parlamento.

O Parecer Técnico, na sua parte conclusiva, aponta pela necessidade de:

a) afastar o conteúdo do Art. 5º;

b) afastar os incisos I e III do Art. 6º;

c) substituir a dotação do Legislativo, para que prevaleça a Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal.

Eis o relatório. Passo à análise jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Da natureza da informação técnica e da função do parecer jurídico

A informação técnica contábil não se apresenta como ato decisório, mas como instrumento de suporte especializado à formação da vontade institucional da Câmara, oferecendo lastro fático e aritmético para o juízo de legalidade e de conveniência normativa.

Ao parecer jurídico, por sua vez, incumbe conferir enquadramento normativo a esses achados técnicos, aferindo se as conclusões apresentadas:

guardam consonância com a Constituição, com a LDO e com as leis de finanças públicas;

demandam providências de natureza legislativa (rejeição, emenda, adequação redacional), tendo em vista que ainda se trata de projeto em tramitação, e não de lei já aprovada.

Assim, toma-se o Parecer Técnico Contábil nº 001/2025 como base fático-contábil confiável, passando-se à verificação de sua juridicidade e das consequências normativas cabíveis.

II.2 – Da vinculação da LOA à LDO e do sistema constitucional de planejamento

A Constituição da República estrutura o sistema de planejamento orçamentário em torno do PPA, da LDO e da LOA, estabelecendo entre esses instrumentos uma relação de encadeamento necessário:

- o PPA traça diretrizes e objetivos de médio prazo;
- a LDO seleciona metas e prioridades para o exercício subsequente e orienta a elaboração da LOA;
- a LOA concretiza, em termos autorizativos de receita e despesa, o que foi previamente delineado.

Daí se extrai uma premissa inafastável: a LOA não é uma folha em branco, mas deve ser elaborada, discutida e aprovada em estrita conformidade com os comandos da LDO vigente. A lei orçamentária anual não pode, sob pena de vício de legalidade, contradizer ou neutralizar as limitações e critérios fixados pelo próprio Legislativo na LDO.

É sob essa moldura que se examinam os dispositivos do PLOA 2026 questionados pela informação técnica.

II.3 – Do Art. 5º do PLOA 2026: limite de créditos suplementares e afronta à LDO

Aponta o Parecer Técnico que o Art. 5º do Projeto de LOA 2026 autoriza o Chefe do Executivo a abrir créditos suplementares até o montante de 40% do total da despesa fixada,

ao passo que o Art. 10 da LDO nº 359/2025 estabeleceu, para o mesmo exercício, limite máximo de 5%.

Tem-se, pois, incompatibilidade direta e ostensiva. Se a LDO – aprovada previamente pela própria Câmara – definiu que, para o exercício de 2026, a autorização legislativa para suplementações se restringe a 5%, não é juridicamente lícito que o PLOA eleve esse limite a 40%, por simples disposição em lei posterior de igual hierarquia, sob pena de:

- esvaziar a função normativa da LDO, que deixaria de orientar, na prática, a elaboração da LOA;
- fragilizar o controle político do Parlamento, que, ao fixar o teto de 5%, exerceu seu poder de limitar a discricionariedade executiva;
- atingir o próprio princípio da legalidade orçamentária, na medida em que o Executivo executaria suplementações além do limite previamente estipulado em lei específica (LDO).

Juridicamente, a autorização contida na LOA deve ser mera concretização do que a LDO já disciplinou em tese, e não um movimento de revogação implícita ou superação material das restrições por ela impostas.

Conclui-se, portanto, que o conteúdo normativo do Art. 5º do PLOA 2026 é incompatível com a LDO nº 359/2025, devendo ser afastado no processo legislativo, mediante os instrumentos próprios da Câmara (rejeição e emenda).

II.4 – Dos incisos I e III do Art. 6º do PLOA 2026: remanejamentos e segurança jurídica

No que toca ao Art. 6º, incisos I e III, o setor técnico consignou que tais dispositivos conflitam com o Art. 9º da LDO nº 359/2025, por instituírem hipóteses e amplitudes de remanejamento e suplementação mais elásticas do que aquelas autorizadas pela norma diretriz.

Ora, a disciplina dos créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências deve observar critérios:

- claros e objetivos, quanto às hipóteses de cabimento;
- compatíveis com a LDO, que fixa a moldura das alterações orçamentárias;
- harmônicos com os princípios da transparência, do equilíbrio fiscal e da impessoalidade.

Caso a LOA venha a ampliar o cardápio de possibilidades de remanejamento além daquilo que a LDO autorizou, instala-se novamente uma situação de incompatibilidade vertical, agora entre o Art. 6º, incisos I e III, e o Art. 9º da LDO nº 359/2025.

Sob o ângulo jurídico, a Câmara não está autorizada a convalidar, na LOA, mecanismos que afrouxem as balizas previamente definidas por ela mesma na LDO. Assim, a providência juridicamente correta é o afastamento dos incisos I e III do Art. 6º, mediante emenda supressiva, em coerência com a informação técnica e com o sistema de planejamento.

II.5 – Da dotação do Poder Legislativo e da separação de poderes

O terceiro ponto da informação técnica recai sobre a dotação orçamentária destinada ao Poder Legislativo, registrada no PLOA em valor diverso da Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal.

Em matéria de autonomia financeira e orçamentária do Legislativo, a jurisprudência e a doutrina são firmes em reconhecer que:

- a elaboração da proposta orçamentária do Legislativo é prerrogativa de sua Mesa Diretora, observados os limites constitucionais e legais (percentuais máximos, regras da LRF etc.);
- o Poder Executivo não pode substituir, a seu alvedrio, a proposta regularmente formulada pela Câmara, sob pena de violar a separação de poderes;
- a dotação destinada ao Legislativo na LOA deve, em regra, refletir a proposta oficial por ele encaminhada, ressalvadas apenas adequações pontuais e justificadas, dentro de margens legalmente admissíveis.

Se o PLOA 2026 contém dotação para a Câmara que não espelha a proposta regularmente elaborada por esta Casa, e se a LDO assegurou, em seus dispositivos, o direito do Legislativo de alimentar sua própria proposta e o dever do Executivo de franquear acesso ao sistema contábil, tem-se uma situação de manifesta violação à autonomia orçamentária do Legislativo.

Nessas circunstâncias, é juridicamente correta a conclusão técnica de que se impõe a substituição integral da dotação do Legislativo constante no PLOA, fazendo prevalecer, no texto final da LOA 2026, a Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal, por ser a única compatível com:

- a LDO nº 359/2025;
- a Lei Orgânica Municipal;
- e o princípio da separação de poderes.

II.6 – Das providências legislativas adequadas: rejeição e emendas

Ressalte-se, por fim, que o instrumento do veto é próprio do Chefe do Poder Executivo, aplicável apenas após a aprovação do projeto pela Câmara e seu envio para sanção.

No estágio atual – projeto ainda em tramitação no âmbito do Legislativo – as providências cabíveis são de natureza estritamente parlamentar, consubstanciadas em:

a) Parecer das Comissões competentes (especialmente Comissão de Orçamento e Finanças), pronunciando-se pela inconstitucionalidade/ilegalidade dos dispositivos em conflito com a LDO;

b) Apresentação de emendas parlamentares, notadamente:

- emenda supressiva ao Art. 5º do PLOA 2026, afastando o limite de 40% de créditos suplementares, por incompatibilidade com o Art. 10 da LDO nº 359/2025;
- emenda supressiva aos incisos I e III do Art. 6º, por afronta ao Art. 9º da LDO nº 359/2025;
- emenda modificativa ou substitutiva à dotação do Poder Legislativo, para adequar o PLOA à Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal;

c) Votação do projeto com as emendas, assegurando que o texto final da LOA 2026 resulte depurado das incompatibilidades apontadas na informação técnica e confirmadas na análise jurídica.

Portanto, por se tratar de proposta de lei ainda em apreciação, não se cogita de “veto” por parte da Câmara, mas de rejeição dos dispositivos e aprovação do projeto com as emendas corretivas necessárias.

III – CONCLUSÃO

À luz do exposto, esta Assessoria Jurídica, com fundamento na informação técnica consubstanciada no Parecer Técnico Contábil nº 001/2025, opina:

Pela plena acolhida da informação técnica, reconhecendo-se que os apontamentos ali contidos encontram sólido amparo jurídico, tanto no regime constitucional do planejamento orçamentário quanto na LDO nº 359/2025;

Pela rejeição do conteúdo material do Art. 5º do Projeto de LOA 2026, mediante emenda supressiva, por afrontar o Art. 10 da LDO nº 359/2025 ao elevar indevidamente o limite de créditos suplementares de 5% para 40%;

Pela rejeição dos incisos I e III do Art. 6º do Projeto de LOA 2026, igualmente mediante emenda supressiva, ante a sua incompatibilidade com o Art. 9º da LDO nº 359/2025, por ampliarem, além do devido, as hipóteses de remanejamento e suplementação;

Pela substituição integral da dotação do Poder Legislativo constante no Projeto de LOA 2026, por meio de emenda modificativa/substitutiva, de modo a fazer prevalecer a Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal, elaborada em consonância com a LDO e com a autonomia orçamentária do Parlamento;

Pela lavratura de parecer da Comissão de Orçamento e Finanças nos termos acima delineados, consignando, de forma expressa, que as providências propostas configuram exercício regular do poder-dever de controle legislativo, e não ato de mera conveniência política, e que visam a assegurar a legalidade, a transparência e a higidez do processo orçamentário municipal.

É o parecer, que submeto à consideração superior, salvo melhor juízo.

Teresina, datado e assinado digitalmente

Anselmo Alves de
Sousa:853260203
78

Assinado de forma digital
por Anselmo Alves de
Sousa:85326020378
Dados: 2025.12.01
18:28:02 -03'00'

Anselmo Alves de Sousa
OAB/PI de nº 13.445
Assessor Jurídico



GESTÃO – CONTABILIDADE E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA

CNPJ: 17.239.440/0001-07

Rua Genes Celeste, Nº 2194, Bairro Horto Florestal

Teresina-PI, CEP: 64.052-685

Telefones: (86) 9 8193-9093 / (86) 9 8120-6560 / (86) 2140-0739

e-mail: gestaopublicaltda@outlook.com

PARECER TÉCNICO Nº 001/2025

1. RELATÓRIO

Foi submetido à apreciação deste setor contábil o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) referente ao exercício financeiro de 2026, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal, para análise de conformidade com o ordenamento jurídico-orçamentário.

Procedeu-se à verificação da compatibilidade do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 359/2025, instrumento que, conforme preveem a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964, estabelece parâmetros vinculantes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA.

Durante o exame técnico, foram identificados dispositivos em desconformidade com as diretrizes legais, bem como divergências relativas à proposta orçamentária da Câmara Municipal, visto que o valor incluído pelo Poder Executivo no PLOA não corresponde à proposta legitimamente elaborada por este Poder Legislativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da incompatibilidade entre o Art. 5º do PLOA e o Art. 10 da LDO nº 359/2025

2.2. Da incompatibilidade entre o Art. 6º, incisos I e III da PLOA e o Art. 9º da LDO nº 359/2025

2.3. Da necessidade de substituição integral da peça orçamentária do Poder Legislativo incluída pelo Poder Executivo no PLOA

Constatou-se que o PLOA encaminhado pelo Poder Executivo contém dotação orçamentária destinada ao Poder Legislativo Municipal em valores que não refletem a proposta oficial elaborada pela Câmara Municipal, contrariando inclusive dados e limites apresentados por esta Casa.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, especialmente em seu Art.3º, § 4º, assegura ao Poder Legislativo:

- O direito de alimentar diretamente sua proposta orçamentária;
- A prerrogativa institucional de definir suas próprias dotações;
- O dever do Poder Executivo de garantir acesso ao sistema contábil e às estimativas de receita.

Não obstante, o Poder Executivo deixou de disponibilizar o acesso ao sistema, em descumprimento ao comando legal, impossibilitando a Câmara de registrar sua proposta diretamente na plataforma contábil.



GESTÃO – CONTABILIDADE E ASSESSORIA PÚBLICA LTDA

CNPJ: 17.239.440/0001-07

Rua Genes Celeste, Nº 2194, Bairro Horto Florestal

Teresina-PI, CEP: 64.052-685

Telefones: (86) 9 8193-9093 / (86) 9 8120-6560 / (86) 2140-0739

e-mail: gestaopublicaltda@outlook.com

Diante disso, torna-se obrigatória a substituição integral da dotação constante no PLOA pela Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal, enviada juntamente com este parecer, por tratar-se de peça:

- Legítima e regularmente elaborada;
- Compatível com a LDO;
- Construída segundo a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Legislativo;
- Única capaz de assegurar a legalidade da LOA 2026.

A dotação incluída unilateralmente pelo Executivo é inválida, pois viola dispositivos da LDO e o princípio constitucional da separação dos poderes.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Setor Contábil manifesta-se:

a) Pela adequação ao limite de 5% (cinco por cento) do Art. 5º do PLOA 2026, por violar o Art. 10 da LDO nº 359/2025 ao autorizar 40% (quarenta por cento) de suplementação;

b) Pela retirada dos incisos I e III do Art. 6º da LOA, por afrontarem diretamente o Art. 10º da LDO nº 359/2025.

c) Pela substituição integral da dotação do Poder Legislativo constante no PLOA, determinando que prevaleça a Proposta Orçamentária Oficial da Câmara Municipal, elaborada em conformidade com a legislação orçamentária vigente.

LYNCOLN RIBEIRO
VAZ:93313136320

Assinado de forma digital por
LYNCOLN RIBEIRO VAZ:93313136320
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado
Digital PF A1, ou=Videoconferencia,
ou=32540441000172, ou=AC
SingularID Multipla, cn=LYNCOLN
RIBEIRO VAZ:93313136320
Dados: 2025.12.01 18:58:04 -03'00'

LYNCOLN RIBEIRO VAZ
CONTADOR PI-008805/O-0
933.131.363-20



Câmara Municipal de Caraúbas do Piauí
Avenida Francisco Portela dos Santos, 80, centro
E-mail: camaracaraubas-pi@hotmail.com
camara@caraubasdopiaui.pi.leg.br
CNPJ: 06.070.198/0001-66

ANEXO

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS DO PIAUÍ - PI		
CÓDIGO LOCAL		
01 PODERLEGISLATIVO		
0101 CÂMARA MUNICIPAL		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA
SUBFUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA
PROGRAMA	0001	GESTÃO LEGISLATIVA
PROJETO/ATIVIDADE	2001	MANUT. E FUNC. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
AÇÃO	0000	MANUT. E FUNC. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
NATUREZA DA DESPESA		
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	60.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	775.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	140.000,00
3.1.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	15.000,00
3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	75.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	169.000,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS DE DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	190.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
3.3.90.40.00	SERV. DE TEC. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO	60.000,00
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.000,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	5.000,00
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA
SUBFUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA
PROGRAMA	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE	1001	INVESTIMENTOS A CARGO DA CÂMARA MUNICIPAL
AÇÃO	0000	INVESTIMENTOS A CARGO DA CÂMARA MUNICIPAL
NATUREZA DA DESPESA		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA
SUBFUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA
PROGRAMA	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE	1002	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL
AÇÃO	0000	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL
NATUREZA DA DESPESA		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	22.000,00
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		
FUNÇÃO	01	LEGISLATIVA
SUBFUNÇÃO	031	AÇÃO LEGISLATIVA
PROGRAMA	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE	1003	ENCARGOS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E PARCELAMENTOS
AÇÃO	0000	ENCARGOS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E PARCELAMENTOS
NATUREZA DA DESPESA		
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRA	5.000,00
4.6.90.71.0	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	5.000,00